



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Dê-se nova redação ao inciso III do § 5º do art. 16-A e ao § 7º do art. 16-A, ambos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, como propostos pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 16-A.**
.....
§ 5º

.....
III – no prazo de até seis meses, contados da data desse parágrafo, submetam à CCEE, para fins de comprovação do enquadramento como autoprodutor:

.....
§ 7º Após o prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025, novos arranjos de autoprodução, inclusive por equiparação, somente poderão ser realizados com empreendimentos de geração cuja operação comercial seja iniciada após a data da publicação da Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025 e que não haja uso do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o transporte da eletricidade.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por objetivo ampliar para 6 meses, contados da publicação da Lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 1.300/2025, o prazo estabelecido no inciso III do § 5º do artigo em questão, para que os autoprodutores possam submeter à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica



(CCEE) a documentação necessária à comprovação de seu enquadramento como Autoprodução.

A medida se justifica diante da complexidade técnica e documental inerente aos processos de caracterização e regularização como autoprodutor de energia. Esses processos exigem tempo para a consolidação da estrutura operacional, levantamento de informações relevantes, cumprimento de exigências jurídicas e documentais, além da adequação aos critérios operacionais estabelecidos pela CCEE.

Assim, a ampliação do prazo contribui para maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória, promovendo a estabilidade do ambiente de contratação no setor elétrico e assegurando um tratamento mais razoável e proporcional aos agentes envolvidos durante o período de transição.

Por fim, propõe-se que novos projetos de autoprodução só sejam possíveis para projetos que se localizem junto à carga, para que não haja o uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Caso a energia gerada pelo Autoprodutor, em todas as modalidades e arranjos possíveis, utilize os sistemas para escoamento da energia produzida, este deve arcar com todos os encargos e impostos decorrentes desse escoamento. Dessa forma, garante-se que os projetos arquem com os custos devidos dos projetos, sem alocar custos adicionais aos outros consumidores e agentes do SIN.

Sala da comissão, 27 de maio de 2025.

Deputado Joaquim Passarinho
(PL - PA)

